



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CONTRIBUINDO PARA MINIMIZAR AS VAGAS OCIOSAS: PROJETO OFICINA VOCACIONAL - JORNADA DAS PROFISSÕES DA UEMS

ADRIANA ROCHAS DE CARVALHO FRUGULI MOREIRA

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

adriana@uems.br

APARECIDA ANTÔNIA OLIVEIRA

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

antonia@uems.br

CARLOS JAELSO ALBANESE CHAVES

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

jaelso@uems.br

DIEGO PEREIRA DA SILVA

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

06297485194@academicos.uems.br

EVANDRO CESAR BRACHT

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

evandro@uems.br

MARISTELA HELENA ZIMMER BORTOLINI

Universidade Federal de Santa Catarina

maristela.bortolini@ufsc.br

RESUMO

O objetivo deste é apresentar uma análise dos dados apurados na execução de um projeto de extensão intitulado Oficina Vocacional - Jornada das Profissões da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que visa diminuir o número de vagas ociosas na instituição de ensino superior do Estado. Para tanto, foi apresentado um arcabouço teórico sobre extensão, vagas ociosas no ensino superior e o processo de aprendizagem com a prática da extensão. Os resultados apresentados são fruto da prática no ano de 2021, onde foi aplicado o projeto piloto em escolas estaduais, no último ano do ensino médio, com um total de 432 alunos participantes. Foi possível conhecer as expectativas dos estudantes de ensino médio referente ao término deste, bem como tirar as dúvidas referente às profissões almeçadas e dos cursos superiores ofertados pela UEMS. É possível inferir que através do projeto de extensão ocorreu uma ampliação conhecimento sobre universidade, bolsas, formas de ingresso e principalmente os cursos e profissões por um bom percentual dos alunos, assim como ocorreu a geração de materiais criado pelos alunos, a respeito das profissões, disponibilizados nas redes sociais. Pode-se considerar este projeto uma ferramenta estratégica para a gestão das vagas ociosas na universidade.

Palavras chave: extensão, vagas ociosas, profissões, ensino superior.

1. INTRODUÇÃO

As vagas ociosas nas instituições públicas de ensino superior são um problema para a gestão da educação superior no Brasil. Há um considerável número de estudos sobre este fenômeno que, desde os anos 2000, se verifica notadamente no setor privado e que, mais recentemente, apresenta uma tendência de aumento crescente nas instituições públicas. Algumas dessas pesquisas, como as desenvolvidas por Sousa (2013); Souza (2016); Nogueira et al. (2017); Silva et al. (2019) e Rosa e Santos (2021), procuram identificar e analisar as causas da não ocupação do total de vagas disponibilizadas e da diminuição da demanda pelo ensino.

Dados do Mapa da Educação Superior no Brasil 2022, publicado pelo Instituto Semesp apontam um recuo no número de ingressos no ensino superior de 16,8% no primeiro semestre de 2021 quando comparado com o mesmo período de 2020, sendo que para os cursos presenciais a redução foi 20,2% (INSTITUTO SEMESP, 2022).

A elevada ociosidade das vagas nesse nível de ensino contrasta com as políticas do governo federal focadas na expansão do ensino superior por meio do aumento no número de novas vagas e da democratização do acesso. A meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) prevê a elevação da taxa bruta de matrículas para 50% e da taxa de escolarização líquida para 33% da população de 18 a 24 anos até 2024. Para atingir essa meta do PNE será preciso que um terço daquela população tenha sido incluída no ensino superior até 2020 (SILVA et al., 2019). Ademais, de acordo com dados do IBGE, no segundo trimestre de 2022, a população nessa faixa etária é de 22.827.000 de pessoas, correspondendo a 11% do total da população. Sendo que, um grande número desses jovens ainda não ingressaram no ensino superior, conforme fica evidenciado pela taxa de escolarização líquida de 21,9%(que é dada pela divisão do total da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior dividido pelo total da população naquela faixa etária, divulgado pela PNAD Contínua/IBGE), divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Ministério da Educação (INSTITUTO SEMESP, 2022).

De acordo com o censo da educação superior, divulgado pelo INEP em 2022, na rede pública foi ofertado um total de 863.520 vagas em 2020, do qual, 184.700 vagas (21,4% do total) eram remanescentes. Neste ano, a proporção de vagas ocupadas na categoria remanescente foi de apenas 20,8%,restando quase 90 mil vagas remanescentes que não foram preenchidas, considerando apenas a rede federal. Na rede estadual, o percentual de vagas novas ocupadas foi de pouco mais de 75%, no caso das vagas remanescente, que totalizam 37.920 vagas, esse percentual foi de apenas 23,1%

Outros aspectos relevantes apontados nas análises da ociosidade de vagas no ensino superior são a evasão é o ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é gerenciado pelo Ministério da Educação. Medeiros Rosa e Dos Santos (2021) observaram que muitas universidades públicas que passaram a adotar o SISU como único processo de entrada para a universidade, repensaram e passaram a adotar um sistema híbrido, considerando um percentual de vagas para o SISU e outro para o vestibular tradicional.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) é uma das instituições que, depois de alguns anos usando somente o SISU, passou a adotar o sistema híbrido como forma de reduzir as vagas ociosas e oferecer diferentes oportunidades de ingresso na universidade pública. Contudo, essa estratégia parece não ter sido suficiente pois, continua expressivo o quantitativo de vagas ociosas na instituição.

Com relação à evasão, diversas pesquisas apontam a complexidade desse fenômeno que retrata as dificuldades dos discentes para concluir o curso superior dentro do prazo regulamentar de duração do mesmo.

Nos cursos presenciais da rede pública, no período de 2015 a 2019, a taxa de evasão média esteve em torno de 18,5%. Já a taxa média de evasão para o primeiro ano dos cursos presenciais

esteve em torno de 14% no período de 2014 a 2018. No período da pandemia Covid-19, com a suspensão das aulas presenciais, houve um aumento nessa taxa de 3,3 pontos percentuais de 2019 para 2020, variando de 18,4% para 21,7%. Nesse mesmo período foi registrado um crescimento expressivo de trancamentos de matrículas de 94,5% em 2020, quando comparado com 2019. (INSTITUTO SEMESP, 2020; 2022).

Reconhecendo que a solução para a elevada ociosidade de vagas na rede pública de ensino superior não é uma tarefa simples e envolve diferentes abordagens e linhas de ação por parte das instituições de ensino, algumas estratégias estão sendo adotadas pelos cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Algumas iniciativas partiram do corpo docente e discente, como exemplo, vídeos foram elaborados e veiculados nas redes sociais, os professores estão divulgando seus cursos nas rádios locais, os acadêmicos estão sendo incentivados a divulgar e comentar sobre a universidade em suas redes de relacionamentos. Contudo, um projeto de extensão tem se destacado como uma importante estratégia para solucionar o problema das vagas ociosas.

O Projeto de Extensão intitulado “Oficina Vocacional: Jornada das profissões da UEMS”, criado e desenvolvido por uma equipe de trabalho composta docentes, discentes e técnicos administrativos da instituição, foi pensado como uma estratégia para divulgar e atrair alunos matriculados ensino médio para os cursos ofertados pela universidade, tendo em vista o baixo número de matrículas e os altos níveis de evasão em muitos cursos oferecidos por aquela universidade. Pressupõe-se que o sucesso dessa estratégia deve contribuir para a redução do número de vagas ociosas dos cursos da UEMS.

Considerando o exposto, este estudo busca analisar os resultados do Projeto de Extensão Oficina Vocacional: Jornada das profissões da UEMS, executado no período de maio de 2021 a junho de 2022, procurando identificar suas contribuições para minimizar as vagas ociosas da UEMS e seus impactos sobre o processo de ensino aprendizagem dos discentes colaboradores no projeto. Os fundamentos teóricos dessa análise estão baseados em uma revisão bibliográfica e documental, que procura caracterizar e retratar o fenômeno do crescimento do número de vagas ociosas em um período, no qual as políticas públicas promoveram a expansão e democratização do acesso ao ensino superior; e que evidencia o papel da extensão universitária na articulação entre o ensino, a pesquisa e a sociedade, contribuindo para aumentar a resiliência entre universidade e sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise dos resultados do projeto de extensão Oficina Vocacional Jornada das Profissões, desenvolvido por uma equipe de professores e alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A proposição deste item é desenvolver uma contextualização sobre a Extensão Universitária; vagas ociosas e evasão no ensino superior; e a extensão universitária promovendo o desenvolvimento e o bem estar social, refletindo o processo da transferência do conhecimento na comunidade acadêmica e da escola, alvo da ação.

2.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SOCIEDADE

2.1.1 - O Papel Social da Universidade

No Brasil, a universidade nasce na primeira metade do século XX, porém a incorporação do compromisso social ocorre somente a partir dos anos 1950, influenciada pelos movimentos sociais, conduzidos, principalmente, pela União Nacional dos Estudantes -UNE; e, por iniciativas como o Projeto Rondon, possibilitando a atuação de estudantes universitários em comunidades rurais das regiões menos desenvolvidas do país (GADOTTI, 2017).

A formalização dessa função social da universidade ocorre com a reforma universitária de 1968 com a lei 5.540 que “estabeleceu que ‘as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviço especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes’ (Artigo 20)” (GADOTTI, 2017, p.2). Até a década de 1960, as universidades estavam focadas basicamente no ensino, porém, com o avanço dos processos de industrialização e de urbanização, “passaram a atuar mais no processo de desenvolvimento brasileiro, conciliando conhecimento produzido nestas instituições” com as mudanças ocorridas no cenário nacional (SILVA, 2020, p. 24).

A partir da década de 1980, a universidade assume o papel de instrumento de transformação social e, para cumprir essa tarefa, surge uma nova concepção de extensão fundamentada tanto na Constituição de 1988 que, em seu artigo 207, estabelece que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), bem como no Plano Nacional de Extensão de 1999-2001. Nessa concepção, a extensão deve deixar de operar como mera difusora de conhecimento para responder às demandas da sociedade, inserindo a universidade na realidade social e política da nação (GADOTTI, 2017), (ALBRECHT; BASTOS,2020), (SILVA, 2020).

O relacionamento entre universidade e sociedade “seria ampliado e transformado, assumindo uma lógica de diálogo”, onde o conhecimento passa a ser “fruto das trocas entre os saberes e buscas comuns da universidade e da sociedade”. Os benefícios sociais viriam da aproximação entre o conhecimento científico e tecnológico e a realidade social vigente na comunidade do entorno universitário (SILVA, 2020, p.25).

Esse entendimento de que as universidades devem se tornar mais inclusivas e mais próximas das sociedade, vem pressionando-as para que assumam compromissos sociais junto às classes menos favorecidas e marginalizadas, expandindo suas funções para além das dimensões educacional e formativa (SCHOAB; FREITAS; LARA, 2014).

As universidades sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político no Brasil, articulando de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão. É por meio da extensão que a universidade interage com a comunidade na qual está inserida, levando conhecimento ou assistência e aprendendo com o saber da comunidade. Sobre a relação entre Universidade e sociedade, Nunes e Silva (2011) enfatizam que:

O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes através de projetos sociais, a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (p.121).

As autoras pressupõem que a troca de saberes entre universidade e sociedade deve contribuir para a superação dos desafios impostos pela velocidade do avanço do conhecimento e de sua divulgação, decorrentes dos avanços tecnológicos no campo das tecnologias da informação e comunicação, as TICs. Essas transformações têm forçado as instituições “a repensarem suas funções e os métodos para desempenhá-las” (NUNES; SILVA, 2011, p.122).

2.2 Extensão Universitária e Tecnologias Sociais

Nas palavras de Chaves et al. (2019, p. 02) o conceito de extensão universitária utilizado pelas universidades públicas brasileiras “foi apresentado pelo Plano Nacional de Extensão Universitária e elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto”. Tal conceito, também foi observado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade

Federal de Uberlândia (UFU) e assim, apropriadamente, observa-se que a extensão universitária é:

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes terão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (UFU, 2017).

Para a Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFU (2017) a extensão universitária é compreendida como uma relação de mão dupla, estabelecida entre a universidade (saberes sistematizados) e a comunidade (o popular, a práxis) que, “terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização efetiva da comunidade na atuação da universidade”. Complementando, a Pró-reitoria de Extensão da UFU (2017) observa que além de “instrumentalizadora de um processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social”.

Para Silva (2020, p. 22) “a Extensão pode englobar um grande número de ações na universidade e, para entender o escopo dessas ações e o seu sentido de ser, faz-se necessário entender o que é a extensão, quais as suas finalidades e a sua importância para a universidade”. Ao considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Silva (2020) argumenta que o conceito apresentado pelo Plano Nacional de Extensão Universitária está “reafirmando um conceito construído historicamente, onde se reconhece não apenas as origens da prática extensionista, mas da própria universidade, pois ambas se complementam e se transformam”.

A universidade tem na comunidade seu propósito de existência, residindo aí o princípio da indissociabilidade da universidade e sociedade. A extensão liga a universidade com a comunidade tornando-a mais próxima da realidade local e da produção de soluções para as demandas sociais.

Partindo de uma visão crítica da perspectiva da neutralidade da ciência e da tecnologia, e de uma concepção de que “a ciência não é uma atividade exterior à sociedade, e seu objetivo último é a transformação da realidade”, a produção de conhecimentos e de tecnologias adequadas às demandas das classes sociais menos favorecidas deve romper a barreira que separa quem produz de quem utiliza, sendo um processo coletivo e imersivo em valores e propósitos da comunidade. Essa mudança na maneira de produzir e disseminar o conhecimento se contrapõe à ideia de transferência tecnológica que é substituída pela “construção coletiva do conhecimento e pela consolidação de novas capacidades sociais” (CHAVES; POMPEU, 2018, p.65,67), na qual as universidades e institutos de pesquisa deixam de ser os detentores da capacidade de gerar tecnologias e “passam a ser mais um ator a contribuir em um processo mais amplo e diverso” (ADDOR, 2012, p. 403).

Nesse contexto, surge a noção de tecnologias sociais, as quais possuem várias concepções teóricas, conforme observado nos estudos de Oliveira (2013); Schoab, Freitas, e Lara (2014); Andreoli (2016) e Addor (2021). Não existe um consenso entre os autores por se tratar de um conceito em construção, de modo que, algumas concepções são destacadas a seguir.

Uma das definições mais aceitas de tecnologia social é aquela associada a um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela” (ANDREOLI, 2016, p.42). Por outro lado, Oliveira (2013) e Addor (2012) procuram diferenciar a tecnologia social da tecnologia tradicional, evidenciando uma contraposição em relação às tecnologias tradicionais, associadas aos interesses do capital e indiferente às necessidades sociais dos povos periféricos. Assim, tecnologia social pode ser compreendida como uma

[...] ação que gera metodologias, processos, serviços e ações que atendam às necessidades dos trabalhadores, privilegiando a sua participação e valorizando a sabedoria popular junto com a sistematização científica, o empoderamento dos sujeitos e a replicação dessas ações para outros contextos e, até mesmo, sugestão de sua aplicação em larga escala e como política social (DAGNINO, 2009, Apud OLIVEIRA, 2013, p.56).

Portanto, essas tecnologias são focadas na resolução de problemas e, sendo desenvolvidas e/ou aplicadas e apropriadas pela comunidade, geram mudanças de comportamentos, atitudes e práticas que proporcionam transformações sociais (SCHOAB; FREITAS; LARA, 2014). Sua aplicação em projetos de extensão visa contribuir para promover a melhoria na qualidade de vida e a inclusão das minorias, diminuindo as desigualdades sociais e aproximando a população da comunidade acadêmica. Dentre os fundamentos da tecnologia social apontados por Andreoli (2016) destacam-se: o compromisso com a transformação social; geração de aprendizagem que serve de referência para novas experiências; produção de novos conhecimentos a partir da prática; planejamento e aplicação do conhecimento; processos participativos e democráticos; acessibilidade e apropriação das tecnologias; e, oportunidade de diálogo entre diferentes saberes.

O uso dessas tecnologias em projetos de extensão é caracterizado pelos seguintes aspectos práticos: possibilidade de solucionar ou minimizar problemas; baixo custo; simplicidade; a população é capaz de reproduzir e transmitir a tecnologia, podendo modificar/adaptar essa tecnologia de forma criativa (ANDREOLI, 2016). Com relação ao primeiro aspecto destaca-se que o projeto de extensão Jornada das Profissões UEMS, ao desenvolver iniciativas junto às escolas públicas de ensino médio, permite aumentar a compreensão sobre a realidade dos jovens de 18 a 24 no Brasil, os nem nem, que não conseguem nem estudar e nem trabalhar. De acordo com o relatório *'Education at a Glance 2022'* da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, no Brasil, a proporção de jovens nessas condições é de 35,9%, atrás apenas da África do Sul, com 46,2%. Nesse relatório, a OCDE pressupõe que o alto nível de escolaridade possibilita aos indivíduos mais engajamento social e maiores taxas de empregabilidade e de rendimento, o que contribui para melhoria no bem estar social.

Com relação aos demais aspectos práticos, ressalta-se que o projeto é uma ação de baixo custo financeiro tanto para a universidade quanto para a comunidade escolar que o recebe, adota metodologia flexível que se adapta, facilmente, às diferentes disponibilidades de recursos físicos/tecnológicos e às demandas das comunidades escolares dos municípios. Possibilita a construção e implementação, em conjunto com cada comunidade escolar, de instrumentos que ajudam os jovens na tomada de decisão sobre o seu futuro profissional e acadêmico.

Dentre as ações desenvolvidas no Projeto de Extensão intitulado "Oficina Vocacional: Jornada das profissões da UEMS destaca-se: a elaboração de material audiovisual, conduzida pelos discentes, visando apresentar o ambiente universitário e as políticas de bolsas e de auxílio estudantil oferecidas pela universidade; e, fornecer uma perspectiva de sucesso profissional e acadêmico, por meio de relatos voluntários de egressos de cursos da UEMS de diferentes áreas de conhecimento.

A realização desse projeto de extensão atinge o quadripé de uma gestão universitária: (1) o ensino ao corpo acadêmico; (2) a pesquisa como fruto da sua aplicação e publicização; (3) a extensão por sua prática junto a comunidade estudantil do ensino médio, gerando a informação direta e aprendizagem sobre as profissões e os cursos de ensino superior ; (4) a gestão estratégica para alterar o cenário posto de ineficiência e ineficácia referente às vagas ociosas e evasão.

2.1 VAGAS OCIOSAS E EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Estabelecido e regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, que seleciona candidatos a vagas em cursos de graduação ofertadas pelas instituições públicas de educação superior, com base nos resultados obtidos pelos estudantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

Nogueira et al. (2017, 62) mencionaram que por meio da plataforma online do SISU, “os estudantes tomariam conhecimento e poderiam se candidatar a qualquer vaga disponível em qualquer instituição participante”. Segundo esses autores, a facilidade encontrada para o candidato participar dos processos seletivos em diferentes regiões, “poderia minimizar um problema tradicional do sistema de Ensino Superior brasileiro: a existência de um número significativo de vagas ociosas em certos cursos e instituições” (p. 63).

Ariovaldo e Nogueira (2018) observaram que em 2010 o Ministério da Educação criou um mecanismo de seleção para admissão ao ensino superior público, conhecido como Sistema de Seleção Unificada (SISU). Esses pesquisadores apresentam os objetivos do SISU e dentre os objetivos apresentados, destaca-se “a diminuição das ineficiências observadas na ocupação das vagas ociosas”. Porém, as vagas ociosas continuaram existindo e aumentando com o passar do tempo.

Para Souza (2016), com o SISU, o Ministério da Educação visou ampliar as matrículas e melhorar as taxas de escolarização da educação superior. Contudo, alguns eventos importantes vêm acontecendo em virtude da possibilidade de mudança de curso e de universidade, pela consulta da nota de corte durante o período de inscrição.

Essa ação pode levar o candidato à escolha de um curso não pela vontade de cursá-lo, mas por outros motivos, como por exemplo, a possibilidade de inscrever-se e matricular-se num curso gratuito e em uma universidade pública. Conseqüentemente, isso vem trazendo dificuldades no preenchimento de vagas, podendo ainda, elevar os índices de vagas ociosas e de evasão (SOUZA, 2016, p. 46).

Para esta pesquisa considera-se que a vaga ociosa é a diferença entre a quantidade de vagas ofertadas em cada curso e o número efetivo de ingressantes. Compreende-se também, que, a evasão é compreendida como a interrupção do estudo por parte do acadêmico, podendo acontecer por trancamento, desistência ou transferência para outros cursos da mesma Instituição de Ensino Superior (IES) ou para outra IES.

Araújo e Vianna (2011) observam-se que o impacto causado pelo aumento das vagas de alguns cursos provocou uma redução da relação candidato/vaga. Desse modo, os autores destacaram que o aumento das vagas para ingressantes favoreceu, sobretudo, o aumento das vagas ociosas. Para tal afirmação, foi considerada a relação entre a quantidade de vagas, o número de ingressantes e as vagas ociosas.

No que se refere a evasão universitária, Nogueira et al. (2017, p. 64) apresentou que existe “um aumento considerável do percentual de ingressantes que abandonam a instituição ainda no primeiro período dos seus cursos, gerando dificuldades adicionais para a universidade relativas à ocupação das vagas que se tornam prematuramente ociosas”. Para Nogueira et al. (2017, p. 70) o aumento do número de inscritos poderia sugerir que “se resolveria finalmente o problema da ocupação das chamadas vagas ociosas na universidade”. Entretanto, para os autores, dois novos fenômenos passaram a ser observados. “Em primeiro lugar, grande parte dos aprovados e convocados na primeira chamada não se matriculou. Em segundo lugar, observou-se, a partir da adoção do SisU, um aumento expressivo da evasão, já no primeiro período do curso” (p. 71). Pesquisas recentes publicadas pelo Instituto SEMESP (2020, 2022) apresentou o contexto geral da Evasão no Brasil, no período de 2015 a 2019, a taxa de evasão média esteve em torno de 18,4%. Considerando o primeiro ano da pandemia de Covid-19, apesar de um pequeno

crescimento, as taxas de evasão mantiveram-se no mesmo patamar de 2019 para 2020, com um aumento um pouco mais acentuado de 3,3 pontos percentuais na rede pública, mais afetada com a suspensão das aulas presenciais, variando de 18,4% para 21,7%. Nesse mesmo período foi registrado um crescimento expressivo de trancamentos de matrículas de 94,5% em 2020, quando comparado com 2019.

Assim como Souza constatou em seu trabalho em 2016, mantém-se a observação de que as universidades necessitam indicar meios capazes de promover uma efetiva ocupação de vagas ofertadas, evitando desperdícios de recursos públicos com o baixo preenchimento de vagas ou com o aumento das vagas ociosas.

Como exemplo de estratégia para minimizar as vagas ociosas destaca-se a pesquisa de Souza (2016), que investigou o sistema de seleção unificada e o preenchimento de vagas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), destacando que os problemas com a ocupação das vagas são reais e a Universidade implementou procedimentos para melhorar os índices de preenchimento das vagas, tais como: o cancelamento da matrícula de alunos que abandonaram o curso logo nos primeiros dias e a utilização da chamada pública. A pesquisadora considerou que tal procedimento contribuiu positivamente, mas não foram capazes de elevar os níveis de ocupação em relação aos anteriormente alcançados.

Os crescentes níveis de evasão desencadeou esforços no sentido de garantir a permanência na educação superior, traduzido em políticas e programas de auxílio públicos tais como: o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest) (SANTOS JUNIOR; REAL, 2020, *apud* MOREIRA et al, 2021).

De acordo com os pesquisadores supracitados é preciso conhecer as expectativas educacionais dos ingressantes para que os gestores possam implementar medidas de controle da evasão, contribuindo para integrar o discente ao ambiente acadêmico. Apontam que recentes pesquisas acadêmicas sobre o tema indicam a premente necessidade de promover uma afiliação do estudante na instituição para garantir sua permanência. Essa afiliação envolve três etapas: “o tempo de estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação” (SANTOS JUNIOR; REAL, 2020, *apud* MOREIRA et al, 2021).

2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL

Para compreender a participação dos acadêmicos no projeto de extensão Jornada das Profissões, esta pesquisa busca na Teoria Social da Aprendizagem uma sustentação para a análise dos dados coletados quanto à participação dos acadêmicos da graduação.

De acordo com a UERJ (2022) um Projeto de Extensão é considerado uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Complementando, um projeto de extensão está absolutamente ligado a uma universidade e precisa ter caráter educativo e de retorno para a comunidade. No entanto, vale destacar que, as ações de extensão devem ser realizadas com a participação de alunos de graduação e/ ou de pós-graduação e tais ações devem estar previstas no planejamento e cronograma das atividades do projeto para sua aprovação.

Como mencionado, anteriormente, a extensão universitária é compreendida como uma relação de mão dupla, estabelecida entre a universidade, possuidora de saberes sistematizados e a

comunidade, detentora de um saber popular e prático e assim, esta relação terá como consequência a produção de novos conhecimentos.

Considerando que a produção de conhecimento pode ocorrer por meio do resultado de uma relação entre os acadêmicos (professores e alunos) e os membros de uma determinada comunidade, é perceptível a existência de um processo de aprendizagem onde a universidade e a comunidade se beneficiam do conhecimento gerado pela participação de ambos.

No entender de Antonello (2007) a aprendizagem se manifesta por meio de novos pensamentos, ações, mudanças de comportamentos e atitudes propiciando um redesenho das práticas sociais. Para que isso seja possível, é necessário a participação tanto da universidade como da comunidade. Antonello e Godoy (2010, p. 316) afirmam que a participação na perspectiva sociológica “lança luzes no fato de que a aprendizagem não ocorre somente na mente dos indivíduos, mas origina-se e sustenta-se na participação deles em atividades sociais”.

Wenger (2001) usa o termo participação considerando o seu uso comum, compreendido por um processo de participação e de relações com outras pessoas. Assim sendo, a participação é compreendida como um processo ativo, sugerindo ação e conexão. Para tanto, o termo participação é usado “para descrever a experiência social de viver no mundo em termos de participação em comunidades sociais e envolvimento ativo em empreendimentos sociais” (WENGER, 2001, p. 80) e de acordo com essa compreensão, a participação é um processo pessoal e social.

3. METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se na pesquisa exploratória levando em consideração seu objetivo geral e encontra-se auxiliado pela pesquisa documental. No que diz respeito a pesquisa documental é um procedimento metodológico utilizado nas ciências humanas e sociais porque uma parte das fontes de dados e informações são escritas e quase sempre são a base do trabalho de investigação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Para Corbetta (2007, p. 376) “un documento es un material informativo sobre determinado fenómeno social que existe con independencia de la acción del investigador”. Conforme Corbetta, os documentos são gerados por indivíduos nas instituições para fins distintos dos da investigação social. No mesmo sentido, Flick (2009) destaca que trabalhar com documentos está essencialmente relacionado com a interpretação de textos, uma vez que os documentos são assim apresentados, seja em textos impressos ou em arquivos digitais, o que Corbetta considera como fins distintos da investigação, isto é, existe independentemente da pesquisa.

Considerando que a coleta de dados se concentra nos relatórios do Projeto de Extensão Jornada das Profissões e tais relatórios são documentos elaborados pelos participantes do projeto e assim sendo, materiais informativos sobre os resultados das atividades extensionistas realizadas e alcançadas. Para tanto, os documentos (relatórios) serão analisados por meio da análise documental.

No entender de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10) para a análise dos documentos “propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos”. Refletindo sobre a análise documental, esses autores compreendem que “o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência”. Assim, a análise documental foi utilizada por meio de seleção e análise preliminar dos documentos, o que para essa pesquisa, os dados coletados e analisados foram compreendidos pelos relatórios do Projeto de Extensão Universitária.

4. PROJETO DE EXTENSÃO: OFICINA VOCACIONAL - JORNADA DAS PROFISSÕES DA UEMS

No ano de 2021, foi desenvolvido em escolas da Rede Estadual de Ensino do estado de Mato Grosso do Sul, o projeto de Extensão de título “Oficina vocacional - Jornada das Profissões na UEMS” promovido pelos agentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), nas Unidades de Dourados, Naviraí, Paranaíba e Ponta Porã, cujo objetivo geral foi apresentar as profissões e os cursos de graduação da UEMS aos alunos do Ensino Médio.

O projeto foi desenvolvido por docentes e discentes da UEMS dos cursos de graduação e pós-graduação. Desta forma foi elaborada ferramentas metodológicas que pudessem facilitar as escolhas de formação dos alunos. Por estar em um momento pandêmico os encontros internos, entre os membros da equipe, ocorreram de forma remota e os integrantes do grupo foram contribuindo para a elaboração final e desenvolvimento das oficinas nas escolas. Como resultado destes encontros foram desenvolvidos materiais como slides, vídeos e questionários. Neste primeiro momento, o projeto serviu como um piloto para os próximos passos e o tema de ações foi “Educação como mudança de realidade”. Foram realizadas diversas reuniões de planejamento e preparação da equipe para interação com os alunos das escolas de Ensino Médio, cujas interações foram presenciais. Foi possível trabalhar com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio de seis escolas, perfazendo um total de 432 alunos.

Na proposição as atividades foram desenvolvidas em quatro etapas com os alunos das escolas: i) sensibilização e auto conhecimento e aplicação do questionário I (sondagem); ii) apresentação dos cursos, formas de acesso, bolsas disponíveis para a permanência no curso e fala de profissionais sobre a área de oferta de cursos da UEMS na localidade em que o projeto estava sendo desenvolvido; iii) mãos na massa, onde os alunos desenvolvem alguma atividade com a proposição de se tornar um profissional e, também, a aplicação do questionário II (resultado da sensibilização para o trabalho desenvolvido); iv) feedback aos diretores e coordenadores da escola.

Em cada escola foram realizadas três reuniões presenciais com os alunos para a execução das etapas:

- A primeira etapa ficou organizada da seguinte maneira: apresentação da equipe local, informação sobre o projeto e sua finalidade; Na sequência, é realizado um momento de sensibilização e autoconhecimento, buscando despertar os desejos para o futuro pós ensino médio para uma profissão, para tanto é utilizado a pergunta norteadora “Pós-Ensino médio pretendo fazer o que ?”; Em seguida, apresenta-se um vídeo intitulado "O Sonho de Ingressar no Ensino Superior" com o objetivo de apresentar a história de um jovem que está buscando o que fazer depois do Ensino Médio; Finalizando, foi aplicado o questionário I, com a finalidade de realizar uma sondagem sobre perfil socioeconômico, conhecimento sobre os cursos ofertados pela universidade, bem como os cursos pretendidos e se conhecem as formas de acesso para a Universidade;
- A segunda etapa inicia com a apresentação do vídeo "A importância da UEMS na minha vida"; em seguida ocorre a apresentação da UEMS e dos cursos de graduação, formas de ingresso, tipos de bolsas (permanência, pesquisa e extensão) enfatizando a importância do estudo em uma Universidade Pública para o desenvolvimento de competências no ensino-pesquisa-extensão; finalizando com docentes da universidade para um diálogo sobre as profissões e os seus cursos;
- Na terceira etapa, denominada "Mãos na massa", tem como proposição a criação de um guia de profissões. Nesta etapa, os alunos desenvolveram materiais, utilizando a plataforma Tik Tok, com informações a respeito dos cursos ofertados na UEMS e profissões de seu interesse. Finalizando esta etapa com a aplicação com o questionário 2.

Como resultado da interação com os alunos do Ensino Médio tivemos vídeos, slides e até mesmo poemas. Tal material foi disponibilizado via perfil criado no Instagram do projeto (@jornadadasprofissoesdauems), o que resultou em mais de 1900 visualizações durante o período da realização das oficinas. Ainda no Instagram foi realizada uma enquete sobre as profissões que se desejavam mais informações e baseado no resultado foram realizadas quatro lives, para as quais foram convidados profissionais da área, egressos da UEMS para interagir com os alunos.

Já a quarta etapa, realizada de forma virtual, consistiu no feedback para os coordenadores e diretores escolares, equipe executora e ministrante do projeto, visando possíveis sugestões de melhorias na execução do projeto.

Na primeira etapa 432 alunos responderam o questionário 1. Apurou-se que a maioria são estudantes e trabalhadores, contabilizando 51,6% , contra 48,4% estudantes. Outra informação apurada é que 57,4% dos alunos pretendem cursar ensino superior, sendo que a grande maioria conhece a UEMS, pois as escolas estão localizadas em municípios que têm a presença da UEMS, e conhecem pelo menos uma forma de ingresso na universidade.

Destaca-se que dos respondentes o ingresso no Ensino Superior ainda é uma prioridade da grande maioria, esta análise intensifica quando outros alunos respondem que querem prestar o vestibular para o acesso ao nível superior mesmo com acúmulo de atividades como trabalho e estudo.

Os alunos responderam o que consideram importante neste “momento” em que denominamos de escolhas. Das mais variadas respostas os alunos disseram que pretendem prestar vestibular e/ou ENEM para ingressar em uma universidade pública gratuita. Há, um outro grupo que pretende ter uma estabilidade financeira em que anseiam ser funcionário público concursado para obter a independência e em seguida, ingressar no concurso público. Há outros que buscam a realização de “sonhos”, apenas trabalhar ou treinar.

Através da aplicação do questionário foi identificado algumas dificuldades apresentadas pelos alunos em relação ao ingresso na Universidade: relação aos conteúdos de Matemática e Português, e questões financeiras, pois muitos têm a necessidade de trabalhar 8 horas, faltando assim ânimo para prosseguir os estudos.

Após a aplicação do primeiro questionários, foi possível verificar que grande maioria dos alunos conhecia a UEMS e seus cursos, porém com a aplicação do segundo questionário ficou constatado que tal conhecimento era aparente, pois 89,1% dos estudantes tinham dúvidas que foram sanadas durante a realização do projeto. Também foi possível identificar a importância dos programas de auxílios estudantis, pois 68% consideram importante concorrer às bolsas disponibilizadas pela universidade, sendo que 48,7% declarou que a bolsa ajudaria no seu sustento e na permanência até a conclusão do curso e 43,5% teria estímulo para se dedicar às atividades do curso.

Através do cruzamento das informações dos dois questionários foi possível verificar, que a grande maioria dos alunos, que relatam dificuldade financeira ou cansaço, devido a jornada de trabalho, pretendem ingressar no ensino superior e que as bolsas têm um papel fundamental nesta decisão.

Outra informação interessante deste questionário é que 97,4% dos alunos consideram que haverá valorização profissional com a formação em curso superior e que a oficina ajudou 37,2% dos alunos a modificar sua opinião sobre o ingresso no ensino superior.

Com base nestas informações coletadas da aplicação dos questionários é possível constatar que por meio do conhecimento, há um anseio dos alunos do ensino médio em cursar o ensino superior para obter uma maior escolaridade e aumento da renda familiar.

5. CONCLUSÃO

Com esse projeto, espera-se que os jovens - estudantes de Ensino Médio - fiquem informados e conscientes a fim de realizar escolhas assertivas a respeito de seu futuro profissional, sendo assim, será possível perceber uma melhor relação entre custo e benefício para os recursos empregados na educação do estado de Mato Grosso do Sul, ao garantir a permanência e a conclusão do curso de graduação. Além disso, a extração de dados, durante a interação com os alunos do Ensino Médio, sobre as aspirações profissionais será fonte de conhecimento para nortear o futuro modelo de oferta dos cursos de graduação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que visará atender à demanda do estado de acordo com a vocação aliada ao cenário de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do mercado de trabalho.

O processo da ação do projeto desenvolve na equipe de execução o refletir a ação para desenvolver com a comunidade externa o acompanhamento do seu processo de ensino e aprendizagem, educação continuada e despertar para o Ensino Superior, como uma das formas de estar preparado para as profissões que desempenham ou ingressarão. De forma geral, o projeto é retroalimentado com novas formas de atuar e desenvolver a sua ação após cada encontro com a comunidade.

É possível inferir que através do projeto de extensão ocorreu uma mudança de um bom percentual dos alunos, que passaram a ter um melhor conhecimento sobre universidade, bolsas, formas de ingresso e principalmente os cursos e profissões. Sendo, portanto, uma ferramenta estratégica para a gestão das vagas ociosas na universidade, pois alunos conscientes de suas escolhas, tendem a ter maior permanência e conclusão nos cursos de graduação, otimizando assim o uso de recursos públicos.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F. Extensão Tecnológica e Tecnologia Social: reflexões em tempos de pandemia. **Revista NAU Social**, v.11, n.21, nov. 2020/abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38644/23280>>
- ALBRECHT, E.; BASTOS, A. S. A. M. Extensão e sociedade: diálogos necessários. **Em Extensão**. Uberlândia, v. 19, n.1, jan.- jun., 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/53428>>
- ANDREOLI, F. C. Aplicação de Tecnologia Social em Projetos de Extensão em Saneamento. **Rev. Cult. e Ext.**, n.15, USP, São Paulo, set., 2016. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rce/article/download/123102/119476>>
- ANTONELLO, C, S. O processo de aprendizagem entre níveis individual, grupal e organizacional. *Organizações em contexto*, v. 3, n. 5, p. 223-250, 2007.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. A Encruzilhada da Aprendizagem Organizacional: uma Visão Multiparadigmática. *The Crossroads of Organizational Learning: a Multiparadigmatic View*. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, 2010.
- ARAUJO, R. S.; VIANNA, D. M. A carência de professores de ciências e matemática na educação básica e a ampliação das vagas no ensino superior. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 17, p. 807-822, 2011.
- ARIOVALDO, T. C. C.; NOGUEIRA, C. M. M. Nova forma de acesso ao ensino superior público: um estado do conhecimento sobre o Sistema de Seleção Unificada-SiSU. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 4, n. 1, p. 152-174, 2018.

CHAVES, C. J. A. C. J. A. CHAVES, E. P. OLIVEIRA; P. ROMAGNANI; C. P. ERBANO. Extensão universitária e os preceitos da indissociabilidade: um compromisso da universidade com a inclusão social. *Revista HOLOS*, v. 2, p. 1-17, 2019.

CHAVES, V. T.; POMPEU, L.P. Reflexões sobre a construção de outro paradigma na engenharia: potencialidades e limitações das tecnologias sociais e da extensão universitária. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v.14, n. Esp. 32, Curitiba: Universidade Tecnológica do Paraná, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4966/496659123005/496659123005.pdf>>

CORBETTA, P. Metodología y Técnicas de Investigación Social. Madrid: Mac Graw Hill, 2007.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2020. Notas Estatísticas. Brasília/DF: Inep/MEC, 2022. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em Abril, 2022.

INSTITUTO SEMESP. Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020. 10.ed. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf>. acesso em: junho 2021.

INSTITUTO SEMESP. Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2022. 12.ed. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAPA-DO-ENSINO-PRIVADO-12a-Edicao_compressed.pdf . Acesso em setembro de 2022.

MOREIRA, A.R.C.F.; OLIVEIRA, A. A.; ROIZ, D.S.; BERTOLETTI, E.N.M.; SILVA, D.P.; BARBOSA, G.V. JORNADA DAS PROFISSÕES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DO MS: UMA ESTRATÉGIA POR MEIO DA EXTENSÃO. **ANAIS DO XX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**. INPEAU/UFSC. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230278>. Acesso em: agosto de 2022.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**. ano IV, n. 7, Barcelona, jul. - dez., 2011. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60/89>>

OECD. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Education at a Glance 2022: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/3197152b-en>>. Acesso em outubro de 2022.

OLIVEIRA, E. M. Tecnologia Social, Universidade e Sociedade: a extensão como espaço estratégico de intervenção. *Revista Tecnologia e Sociedade*. 2 ed., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2612/1718>>

SCHOAB, V.; FREITAS, C.C.G.; LARA, L. F. A Universidade e a Tecnologia Social: análise da aderência. **Espacios**. v. 35, n. 7, 2014.

SILVA, W. P. Extensão universitária: um conceito em construção. *Revista Extensão e Sociedade*. 2. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491/14110>>